

A. I. N° - 02822578/95
AUTUADO - SACOSAFRA COMÉRCIO DE SACOS VAZIOS LTDA.
AUTUANTE - RONALDO MOUTINHO RIBEIRO
ORIGEM - INFAZ GUANAMBI
INTERNET - 17/02/2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0021-01/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Infração não comprovada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de PAF reconstituído em conformidade com os artigos 119 e 120 do RPAF, de acordo com o Termo de Encerramento de Reconstituição lavrado pela PROFAZ, fl.39.

O Auto de Infração, folha 02, lavrado em 31/01/1995, reclama ICMS no valor de R\$2,80, acrescido da multa de 30%, decorrente da falta do recolhimento do imposto devido por antecipação tributária de mercadorias provenientes de outro Estado, mediante Notas Fiscais n°s. 000024 e 000510.

O autuado impugna o lançamento tributário, fl.03, alegando que fez o recolhimento do imposto, juntando cópia de DAE's a título de prova. Ao finalizar, requer que o processo seja apreciado com atenção.

À folha 07, foi acostada a Comunicação Interna, do Inspetor Fazendário da INFAZ/Guanambi, destina ao Procurador Chefe, solicitando a reconstituição do Auto de Infração extraviado, encaminhando cópia do Auto de Infração, da impugnação e cópia dos comprovantes de pagamentos. Assevera que os valores cobrados pelo autuante, efetivamente, já haviam sido recolhidos pelo autuado antes da autuação, inclusive em valor superior ao que previa a Lei, uma vez que o contribuinte utilizou uma TVA (hoje, MVA) de 30% quando a Lei previa 20%, estando os valores registrados no SIDAT, conforme extrato encaminhado junto às cópias do Auto de Infração, fl. 08.

À folha 42, o processo foi encaminhado pela Procuradoria do Estado para GECOB/Dívida Ativa, para análise e pronunciamento, em especial sobre a petição de fls. 03 e os documentos de fls. 04.

À folha 45, a GECOB/Dívida Ativa informa que os documentos de arrecadação à fl. 04 (extratos de pagamentos às folhas 43 e 44) referem-se às Notas Fiscais n° 00024 e 000510 que serviram de base para o Auto de Infração.

Aduz que na apuração dos valores o autuante considerou a TVA de 20%, enquanto o contribuinte considerou TVA de 30%.

Ao finalizar, a GECOB/Dívida Ativa, representa à PGE, sugerindo autorização da extinção do débito do contribuinte.

O Assistente da PROFIS, folha 47, determina o encaminhamento dos autos à Inspeção de origem, a fim de que seja reaberto o de defesa em prazo de 30 (trinta) dias, consoante estabelece o § 7º do artigo 119 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal.

Em nova manifestação o autuado reitera que o imposto já foi recolhido anteriormente, esclarece que a Nota Fiscal de nº 000024, de 29/03/1993, teve seu imposto antecipado recolhido em 07/04/1993 e a Nota Fiscal 000510, de 27/07/1993, em 09/08/1993. Ao finalizar, requer pelo arquivamento do Auto de Infração.

Na informação fiscal, folha 58, o auditor designado assevera que da simples leitura dos autos constata-se a improcedência da autuação, pois os valores reclamados pelo autuante já haviam sido recolhidos.

VOTO

Inicialmente ressalto que o presente PAF foi reconstituído em conformidade com os artigos 119 e 120 do RPAF, de acordo com o Termo de Encerramento de Reconstituição lavrado pela PROFAZ, fl.39, com base em: cópia de DAE's (fl. 04), Comunicação Interna da INFAZ/GUANAMBI (fl.07), extrato do Sistema de Informações da Administração Tributária – SIDAT (fl. 08) Diligência Fiscal (fl. 45), e Despacho do Assistente/PROFIS (fl. 47).

Adentrando no mérito da autuação, observei que o autuado é acusado de falta de recolhimento do imposto devido por antecipação tributária de mercadorias provenientes de outro Estado, mediante Notas Fiscais nºs. 000024 e 000510.

O autuado, ao impugnar a autuação, acostou cópia de dois DAE's, um referente ao recolhimento do imposto devido em função da aquisição constante na Nota Fiscal nº 000510, cujo o imposto foi recolhido em 09/08/93 e outro referente à Nota Fiscal nº 000024, com recolhimento em 07/04/93, fl. 04.

A Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria Fiscal converteu o PAF em diligência para que a GECOB/Dívida Ativa se pronunciasse sobre a petição e os DAE's, tendo a referida unidade se pronunciado pela extinção do débito, por entender que o imposto já havia sido recolhido. Da mesma forma, opinou o auditor designado na informação fiscal.

Ante ao exposto, entendo que a autuação não pode prosperar, pois restou comprovado que o imposto foi recolhido antes da ação fiscal.

Assim, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **02822578/95**, lavrado contra **SACOSAFRA COMÉRCIO DE SACOS VAZIOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de fevereiro de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR